

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

P.PORTO

ÉTICA E LEGISLAÇÃO INFORMÁTICA
FRANCISCO MARQUES VIEIRA fjv@estg.ipp.pt

1

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO



Tutela da Privacidade na Tradição Civilista Portuguesa

FMV2023

2

Noção de Direitos de Personalidade

- Direitos de Personalidade
 - Núcleo central de direitos inerentes à Pessoa Humana
 - Pessoa Humana e Pessoa em sentido técnico
 - Ex.: escravatura
 - Ex.: pessoas coletivas
 - Opção de cada sociedade
 - Art. 66.º/1 CC: atribuição da personalidade
 - Nascimento completo e com vida

FMV2023

3

Noção de Direitos de Personalidade

- Reconhecimento de um círculo de direitos de personalidade
 - art. 70.º a 81.º Código Civil
 - Direitos absolutos que se impõem ao respeito de todos – *erga omnes*
- Reconhecimento de um círculo de direitos necessários
 - Conteúdo mínimo e imprescindível

Direitos de Personalidade: poderes jurídicos pertencentes a todas as pessoas por força do seu nascimento

FMV2023

4

Características dos Direitos de Personalidade

1. ESSENCIALIDADE da personalidade humana
2. INSEPARABILIDADE da personalidade jurídica da personalidade humana:
 1. Gerais
 2. Extrapatrimoniais
 3. Absolutos
 4. Inalienáveis
 5. Irrenunciáveis (*vide consentimento*)
3. ILIMITABILIDADE da personalidade humana
 1. O que a pessoa é e o que ela tem possibilidade de ser
 2. Direito ao Livre Desenvolvimento da Personalidade.

FMV2023

5

Limites práticos aos Direitos de Personalidade

1. Necessidade de **individualização do bem, esfera, campo, ou aspeto** da personalidade lesado
2. A **adequação social** é um limite que resulta das exigências sociais da vida comum
 - resulta da circunstância do Homem ser um animal social, onde determinadas “agressões” são socialmente aceites.
3. A **existência de outros direitos em conflito** resulta a necessidade de ponderação prática de interesses.
4. O **consentimento** enquanto ato livre e esclarecido do lesado.
 - Tendo, no entanto, que respeitar os limites da lei sob pena de ser ilegal
 - Artigos 81º do CC e 38º CP

FMV2023

6

O consentimento

- CONSENTIMENTO VINCULANTE
 - declaração de vontade criadora de vínculos jurídicos ou contrato, origina um compromisso jurídico autêntico (artigo 483º C.C.).
 - Só o respetivo titular pode dar o consentimento.

- CONSENTIMENTO AUTORIZANTE
 - confere um poder meramente fático de agressão, revogável a todo o tempo, apenas com a indemnização das legítimas expectativas que foram frustradas (artigo 81º n.º 2 C.C.).
 - Também aqui só o próprio titular pode dar o consentimento.

FMV2023

7

O consentimento

- CONSENTIMENTO TOLERANTE
 - não atribui sequer um poder de agressão, constituindo apenas uma causa de justificação desta (Como é o caso dos consentimentos penais – art. 38º C. P.).
 - Neste caso admite-se o consentimento dos representantes dos menores (exemplo de uma operação no interesse do menor).
 - Aqui obviamente a revogabilidade é total.

- CONSENTIMENTO PRESUMIDO
 - art. 39º do CP
 - que se admite inclusive para tratamentos psiquiátricos.

FMV2023

8

Artigo 81.º Código Civil

Artigo 81.º
(Limitação voluntária dos direitos de personalidade)

1. Toda a limitação voluntária ao exercício dos direitos de personalidade é nula, se for **contrária aos princípios da ordem pública**.
2. A limitação voluntária, quando legal, **é sempre revogável**, ainda que com obrigação de indemnizar os prejuízos causados às legítimas expectativas da outra parte.

FMV2023

9

Artigo 38.º Código Penal

Artigo 38.º CP
Consentimento

- 1 - Além dos casos especialmente previstos na lei, o consentimento exclui a ilicitude do facto quando se referir a **interesses jurídicos livremente disponíveis** e o facto **não ofender os bons costumes**.
- 2 - O consentimento pode ser expresso por qualquer meio que traduza uma **vontade séria, livre e esclarecida** do titular do interesse juridicamente protegido, e pode ser livremente revogado até à execução do facto.
- 3 - O consentimento só é eficaz se for prestado por quem tiver mais de 16 anos e possuir o discernimento necessário para avaliar o seu sentido e alcance no momento em que o presta.
- 4 - Se o consentimento não for conhecido do agente, este é punível com a pena aplicável à tentativa.

FMV2023

10

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

Artigo 39.º Código Penal

Artigo 39.º
Consentimento presumido

1 - Ao consentimento efectivo é equiparado o consentimento presumido.

2 - Há consentimento presumido quando a situação em que o agente actua permitir razoavelmente supor que o titular do interesse juridicamente protegido teria eficazmente consentido no facto, se conhecesse as circunstâncias em que este é praticado.

FMV2023

11

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

Tipos de Direitos de Personalidade

1. DIREITO À VIDA
 1. direito à conservação da vida e não à sua obtenção, *a personalidade jurídica civil adquire-se com o nascimento (art. 66.º/1), a tutela do embrião projeta-se na proteção dos futuros direitos de personalidade da pessoa humana que nascer.* (Art. 24º C.R.P. e 131º ss C.P.)
2. DIREITO À INTEGRIDADE FÍSICA
 1. direito a não ser lesado na sua integridade física e psíquica tal como se possuiria se não se verificasse a agressão. (Art. 25º C.R.P., art. 70.º/1 CCivil e Art. 143º C.P.)

FMV2023

12

Tipos de Direitos de Personalidade

3. DIREITO À LIBERDADE

- (Art. 27º C.R.P.) incluío Direito às liberdades morais e Direito à Liberdade de vontade, enquanto proibição da coação (art. 246º e 255º C.Civil).

4. DIREITO À IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

- O Direito à identificação é inato, mas já os direitos ao nome, ao pseudónimo, ou à firma são adquiridos (art. 72.º e 74.º do C.Civil).

5. DIREITO À CRIAÇÃO PESSOAL

FMV2023

13

Tipos de Direitos de Personalidade

6. DIREITO À INVOLABILIDADE PESSOAL

onde podemos distinguir a defesa de 3 campos: físico, vital e moral:

- Projeção física de personalidade:
 - Direito à Imagem (art.79º C.Civil)
 - Direito à Palavra (analogicamente aplica-se art.79º n.º 2 e 3 C. Civil)
- Projeção vital:
 - direito ao carácter, direito à história pessoal, direito intimidade da vida privada, art. 80.º C. Civil
- Projeção moral
 - direito à honra

FMV2023

14

Privacidade no Código Civil

ARTIGO 70º

(Tutela geral da personalidade)

1. A lei protege os indivíduos contra qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à sua personalidade física ou moral.

- Estabelece uma regra geral de tutela da personalidade em todas as suas facetas físicas e morais.

FMV2023

15

Privacidade no Código Civil

ARTIGO 72º

(Direito ao nome)

1. Toda a pessoa tem direito a usar o seu nome, completo ou abreviado, e a opor-se a que outrem o use ilicitamente para sua identificação ou outros fins.

- O próprio direito ao nome inclui o direito a impedir que outrem use ilicitamente
- A mesma regra é aplicável aos pseudónimos nos termos do artigo 74.º do CC

FMV2023

16

Privacidade no Código Civil

ARTIGO 75º

(Cartas-missivas confidenciais)

1. O destinatário de carta-missiva de natureza confidencial deve guardar reserva sobre o seu conteúdo, não lhe sendo lícito aproveitar os elementos de informação que ela tenha levado ao seu conhecimento.

- O direito à privacidade abrange desde logo a tutela das mensagens confidenciais.

FMV2023

17

Privacidade no Código Civil

ARTIGO 79º

(Direito à imagem)

1. O retrato de uma pessoa não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio sem o consentimento dela; depois da morte da pessoa retratada, a autorização compete às pessoas designadas no nº 2 do artigo 71º, segundo a ordem nele indicada.

- O direito civil tutela também a privacidade do direito à imagem, que a doutrina e jurisprudência portuguesa tem entendido ser extensivo ao direito à palavra

FMV2023

18

Privacidade no Código Civil

ARTIGO 80º

(Direito à reserva sobre a intimidade da vida privada)

1. Todos devem guardar reserva quanto à intimidade da vida privada de outrem.
 2. A extensão da reserva é definida conforme a natureza do caso e a condição das pessoas.
- Por fim, o artigo 80.º estabelece um princípio geral de tutela da intimidade da vida privada que se deve entender extensível todas as suas expressões.
 - Em certa medida a **tutela dos dados pessoais** representa um aprofundamento da tutela de intimidade da vida privada, na medida em que o seu fim primordial é impedir a utilização dos dados pessoais para atos de ilegítima restrição de DLG, em especial, atos de discriminação.

FMV2023